



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Rua Eloy Cândido de Melo, nº 477 - Centro - CEP. 32.450-000

Estado de Minas Gerais

Fone: (31) 3577- 6531 - CNPJ: 01.612.509/0001-58

## ADJUDICAÇÃO

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 110/2022 - PRC 132/2022 - ID BB 949270**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 67/2022, EM 20 DE JULHO DE 2022**

**Objeto: AQUISIÇÃO DE TESTE RÁPIDO DE COVID 19 PARA TESTAGEM DE PACIENTES SINTOMÁTICOS DA UPB 24 HRS.**

Após finalizado os trabalhos de julgamento das propostas achadas conformes, após minuciosa análise dos preços estimados, descritivo dos itens e habilitado o vencedor do certame, a Pregoeira vem ADJUDICAR o objeto deste procedimento licitatório conforme descrito:

<b>Empresas Vencedoras</b>	<b>LOTES</b>	<b>Valor</b>
<b>FLASH PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI</b>	01	R\$ 18.900,00

**Valor total: R\$ 18.900,00 (Dezoito mil e novecentos reais).**

Sarzedo/MG, 20 de julho de 2022.

Fernanda Cristina Rezende Oliveira

Pregoeira



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO**  
**Estado de Minas Gerais**

**PARECER JURIDICO Nº: 1660/2022**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/2022**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 67/2022**

**Aquisição de teste rápido de Covid-19 para testagem de pacientes sintomáticos atendidos na UPA 24 horas.**

**I. RELATÓRIO:**

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir à administração no controle interno da legalidade administrativa dos atos praticados.

Importante salientar que o exame dos autos se restringe aos aspectos jurídicos, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica. Em relação a estes, parte-se da premissa de que a autoridade competente se municiou dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos.

A presente manifestação jurídica tem por objetivo verificar o atendimento dos pressupostos processuais elencados na legislação que rege a matéria, inclusive a observância aos princípios elencados no art. 2º do Decreto nº 1.368/2020 que regulamenta o pregão eletrônico no âmbito municipal.

Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhe são correlatos.

Os autos estão instruídos com os seguintes documentos:

- 1) Solicitação e autorização de abertura do processo licitatório;
- 2) Termo de Referência;
- 3) Pesquisa de preços;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO**  
***Estado de Minas Gerais***

- 4) Portaria nº 608/2022 – Nomeação Comissão especial de licitação e equipe de apoio;
- 5) Minuta do instrumento convocatório com os seguintes anexos: Credenciamento; Modelo de declaração de enquadramento; Declaração de idoneidade e do Ministério do Trabalho; Minuta da Ata de Registro de Preço; Minuta Contratual; Termo de Referência; e Modelo de proposta comercial e de declaração de elaboração independente de proposta;
- 6) Parecer Jurídico nº 1560/2022;
- 7) Publicação do Edital no Diário Oficial de Sarzedo;
- 8) Ata de Sessão Pública de Abertura e Julgamento das Propostas de Habilitação;
- 9) Propostas comerciais;
- 10) Documentos de habilitação;
- 11) Termo de adjudicação.

É o relatório, no necessário.

## **II. MÉRITO**

Tendo em vista tratar-se de Pregão Eletrônico, além das disposições contidas na Lei Geral de Licitações, que no caso tem aplicação subsidiária, devem ser observadas as determinações contidas na Lei nº 10.520/2002, Decreto Federal nºs: 10.024/2019, 7.892/2013, Decreto Estadual nº 44.786/2008 e Decreto Municipal nºs: 764/2013 1.368/2020.

Os processos licitatórios, em sua totalidade, necessitam estar em consonância com os princípios insculpidos no art. 3º da indigitada lei.

*"A licitação destina-se a garantir a observância ao princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos." (grifo nosso)*

O Decreto Municipal de nº 1.368/2020 ~~que regulamenta o pregão na modalidade eletrônica, ao tratar dos procedimentos, assim dispõe:~~



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO**

### ***Estado de Minas Gerais***

Art. 5º O pregão, na forma eletrônica, será realizado quando a disputa pelo fornecimento de bens ou pela contratação de serviços comuns ocorrer à distância e em sessão pública.

§ 1º O sistema de que trata o caput será dotado de recursos de criptografia e de autenticação que garantam as condições de segurança nas etapas do certame.

§ 2º Poderão ser utilizados sistemas próprios ou outros sistemas disponíveis no mercado, desde que estejam integrados à plataforma de operacionalização das modalidades de transferências voluntárias.

Art. 6º A realização do pregão, na forma eletrônica, observará as seguintes etapas sucessivas:

I – planejamento de contratação;

II – publicação do aviso do edital;

III – apresentação de propostas e de documentos de habilitação;

IV – abertura da sessão pública e envio de lances ou fase competitiva;

V – julgamento;

VI – habilitação;

VII – recursal;

VIII – adjudicação; e

IX – homologação.

O Decreto Municipal nº 1.368/2020 disciplina ao tratar da adjudicação e da homologação, o que se segue:

Art. 42 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório, nos termos do disposto no inciso V do caput do art. 11.

Art. 43 Na ausência de recurso, caberá ao pregoeiro adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação, nos termos do disposto no inciso IX do caput do art. 15.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO**  
**Estado de Minas Gerais**

Marçal Justen Filho, em sua abalizada doutrina, ensina que "*a homologação envolve duas ordens de considerações, uma no plano da legalidade, outra no plano da conveniência*", e, didaticamente, passa a explicar, *in verbis*:

"Preliminarmente, examinam-se os atos praticados para verificar sua conformidade com a lei e o edital. Tratando-se de um juízo de legalidade, a autoridade não dispõe de competência discricionária. Verificando ter ocorrido nulidade, deverá adotar as providências adequadas a eliminar o defeito. A autoridade superior não pode substituir-se à Comissão, praticando atos em nome próprio, substitutivos daqueles viciados. A decretação da nulidade deverá ser proporcional à natureza e à extensão do vício. Apurando vício na classificação das propostas, a autoridade superior não poderá decretar a nulidade de toda a licitação. Será reaberta a oportunidade para a Comissão efetivar nova classificação. Concluindo pela validade dos atos integrantes do procedimento licitatório, a autoridade superior efetivará juízo de conveniência acerca da licitação. A extensão do juízo de conveniência contido na homologação depende do conceito que se adote para adjudicação. (...) Se reconhecer a validade dos atos praticados e a conveniência da licitação, a autoridade superior deverá homologar o resultado. A homologação possui eficácia declaratória enquanto confirma a validade de todos os atos praticados no curso da licitação. Possui eficácia constitutiva enquanto proclama a conveniência da licitação e exaure a competência discricionária sobre esse tema."

Portanto, a homologação corresponde à manifestação de concordância da autoridade, com os atos até então praticados pela pregoeira. Essa concordância se refere a dois aspectos: à legalidade dos atos praticados pela pregoeira e à conveniência de ser mantida a licitação.

Ante o exposto, cumpre destacar que o presente parecer visará ao exame da conformidade dos atos praticados com a lei e o edital. Sendo constatada alguma irregularidade, será considerada a natureza e extensão do vício. Nessas situações, recomendar-se-á a homologação, mediante saneamento de algum ato; ou a eventual anulação do certame.

Dessa forma, concluindo-se pela homologação do certame, este parecer restringir-se-á tão-somente ao plano da legalidade, cabendo à autoridade competente deliberar acerca da conveniência da licitação.

Após análise detalhada do procedimento, verifica-se a observância às formalidades legais, não havendo nenhum vício insanável que pudesse macular o processo.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO**  
***Estado de Minas Gerais***

Desta forma, esta consultoria opina pelo prosseguimento do certame com a remessa dos autos à autoridade competente para homologação.

Ressalta-se a necessidade do encaminhamento dos autos ao Controle Interno para emissão de parecer, bem como, após homologação do certame, que seja realizada a convocação das empresas vencedoras para que apresentem certidões fiscais atualizadas, no ato da assinatura do contrato.

### **III. CONCLUSÃO**

Ressalvados os atos de gestão e de ordem técnica, verifica-se a presença dos requisitos necessários para que o certame seja homologado, tendo em vista o cumprimento das formalidades legais.

A decisão da autoridade competente quanto ao mérito da homologação do certame deverá ser publicada na forma da lei.

O presente parecer foi elaborado exclusivamente, com base nas informações contidas nos documentos elencados nos autos, cujo teor é de responsabilidade do respectivo informante.

É o parecer, s.m.j.

Sarzedo, 21 de Julho de 2022.

**Dr. Marco Túlio Batista Salomão**  
**Procurador Geral do Município**  
**OAB/MG 134.482**



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO**

*Estado de Minas Gerais*

## **CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**- PARECER FINAL -**

**Análise nº 105/2022**

**Processo Licitatório nº: 110/2022**

**Modalidade: Pregão Eletrônico**

**Data: 20/07/2022**

### **I. Relatório**

Veio a conhecimento desta Controladoria, processo licitatório nº 110/2022, na modalidade **Pregão Eletrônico nº 67/2022**, cujo objeto é **Aquisição de Teste Rápido de Covid-19 para testagem de pacientes sintomáticos da UPA 24 hs, conforme definido no Termo de Referência**, para análise quanto à legalidade e verificação das demais formalidades deste, realizada Pela Pregoeira e equipe de Apoio ao pregão nomeada pela Portaria nº 608/2022.

### **II. Da Legislação:**

O Controle exerce atividade de verificação sistemática de um registro, exercida de forma permanente ou periódica, consubstanciada em documento ou outro meio, que expresse uma ação, uma situação, um resultado, etc., com o objetivo de verificar se existe conformidade com o padrão estabelecido, ou com o resultado esperado, ou ainda, com o que determinam a legislação e as normas.

A Constituição Federal positiva as exigências à Administração Pública no tocante ao controle e fiscalização municipal, bem como a integração dos sistemas nos três poderes, conforme se vê no Art. 31 c/c Art.74 da CF 1988:

Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

(...)

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO**

*Estado de Minas Gerais*

administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

§ 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

Nesse mesmo sentido no âmbito Municipal o Controle Interno está previsto na a Lei Municipal nº 30/2005 e no Decreto Municipal nº 634/2011 e demais normas que regulam as atribuições da Controladoria, referentes ao exercício de controle prévio e concomitante dos atos de gestão.

Assim, ressalta-se que a Controladoria, articula informações com o objetivo de monitorar e sugerir, a fim de resguardar a administração pública por meio de orientações preventivas nas áreas contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, verificando a legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade e desempenho na administração dos recursos e bens públicos, não adentrando na conveniência e oportunidade dos atos praticados no âmbito das Secretarias Municipais.

Portanto, orientando as melhores práticas, implicando, igualmente, na sua absoluta adequação às normas legais, regido pelo disposto na lei nº 10.520/02, com aplicação subsidiária a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, além das demais disposições que disciplinam a matéria.

### **III. Da Preliminar:**

Ainda em preliminar, torna-se necessário referirmos que a Controladoria está se manifestando no sentido de, à vista das circunstâncias próprias de cada processo licitatório e na avaliação prévia das implicações legais a que está submetida, dar orientação e assessoramento, ressaltando-se que, no caso de haver irregularidades, as mesmas serão inexoravelmente apontadas em Auditoria Própria.

Isto posto, ratificamos a orientação de que, em havendo dúvidas sobre determinado ato ou fato administrativo, deverá ser, a consulta, encaminhada por escrito, juntamente com o respectivo processo licitatório, para que as orientações possam ser melhor direcionadas.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO**

*Estado de Minas Gerais*

### **IV. Da Análise:**

É de fixarmos, por oportuno, que a análise dos fatos se deu com base em documentação acostada aos autos do Processo Licitatório encaminhados pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

O processo está atuado na conformidade e revestido de todas as formalidades legais, munida de Autorização pela autoridade competente, bem como publicidade, Ata, Adjudicação e Homologação, bem como pesquisas de preços para consistir em valor de referência.

### **V- Do Parecer**

A presente Licitação preenche os requisitos exigidos pelas Lei nº 10.520/02 e nº. 8.666/93, bem como suas alterações posteriores, encontra-se revestida de todas as formalidades legais tanto na fase interna como na fase externa, e, opina-se pela homologação do Processo.

Sarzedo, 21 de julho de 2022

  
**Ana Carolina Silva Mendes**  
**Membro da Controladoria do Município de Sarzedo**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Rua Eloy Cândido de Melo, nº 477 - Centro - CEP. 32.450-000

Estado de Minas Gerais

Fone: (31) 3577- 6531 - CNPJ: 01.612.509/0001-58

### HOMOLOGAÇÃO

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 110/2022 – PRC 132/2022 – ID BB 949270**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 67/2022, EM 20 DE JULHO DE 2022**

Em vista das razões alinhadas pela Procuradoria Geral do Município, e observada a regularidade dos atos procedimentais, homologo a licitação, cujo objeto é **“AQUISIÇÃO DE TESTE RÁPIDO DE COVID 19 PARA TESTAGEM DE PACIENTES SINTOMATICOS DA UPA 24 HRS”**, na modalidade Pregão Eletrônico n.º 67/2022 de 20 de julho de 2022. Em consequência, ficam as empresas: **FLASH PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI**, convocadas para retirada das Notas de Empenho e assinatura dos contratos, nos termos do Artigo 64, da Lei 8666/93, sob as penalidades da lei. Publique-se.

Sarzedo/MG, 22 de Julho de 2022.

Marcelo Pinheiro do Amaral

Prefeito



**Prefeitura Municipal de Sarzedo/MG – AVISO DE HOMOLOGAÇÃO e ADJUDICAÇÃO – PREGÃO ELETRONICO nº 67/2022** – Homologado o processo licitatório em 22/07/2022, autorizando a “Aquisição de teste rápido de COVID 19 para testagem de pacientes sintomaticos da UPA 24 HRS” e adjudicado o objeto a favor da empresa FLASH PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI lote 01 ao valor total de R\$ 18.900,00 (Dezoito mil e novecentos reais). Sarzedo/MG, 22 de julho de 2022.

**Prefeitura Municipal de Sarzedo/MG** – Publica extrato de Atas de Registro de Preços originadas do Pregão Eletrônico 47/2022, cujo objeto é “Registro de Preços para aquisição de materiais de escritório em atendimento às Secretarias Municipais. ”. Vigência: 20/07/2022 à 20/07/2023. **ARP nº 38/2022, Empresas: Fornecedores: Aliança Comercio e Distribuição LTDA**, CNPJ n.º 31.486.195/0001-55, ao valor total de **R\$77.587,00** (setenta e sete mil quinhentos e oitenta e sete reais); **ARP nº 39/2022, BELCLIPS DISTRIBUIDORA LTDA - EPP**, CNPJ n.º 25.897.729/0001-33, ao valor total de **R\$142.727,89** (Cento e quarenta e dois mil, setecentos e vinte e sete reais e oitenta e nove centavos); **ARP nº 40/2022, PINTANDO E BORDANDO COMERCIO LTDA**, CNPJ n.º 41.852.525/0001-32, ao valor total de **R\$95.384,40** (Noventa e cinco mil, trezentos e oitenta quatro reais e quarenta centavos); **ARP nº 41/2022, SOLUÇÃO EM NEGOCIOS LTDA**, CNPJ n.º 21.529.392/0001-50, ao valor total de **R\$370.243,76** (Trezentos e setenta mil, duzentos e quarenta e três reais e setenta e seis centavos); **ARP nº 42/2022, Treze Licitações e Comércio LTDA**, CNPJ n.º 29.126.669/0001-06, ao valor total de **R\$5.532,91** (Cinco mil quinhentos e trinta e dois mil e noventa e um centavos). Os inteiros teores desta ata encontram-se disponíveis no endereço eletrônico: [www.sarzedo.mg.gov.br](http://www.sarzedo.mg.gov.br). Sarzedo, 22 de julho de 2022.